



SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MÃES-ESTUDANTES: uma análise sobre o regime domiciliar no Instituto Federal de Brasília

Eduarda Sousa - IFB¹
Ingrid Vitória Mendes Moreira - IFB²
Paula Queiroz Dutra - IFB³

RESUMO: A mulher, ao se tornar mãe durante o processo de graduação, se depara com diversas dificuldades e persistir na universidade é uma delas. A Licença Maternidade é um direito da mulher, tanto no trabalho quanto na Instituição de Ensino. Além das Políticas Públicas proporcionarem à essas mulheres estudantes um acolhimento na Instituição de Ensino, elas podem também evitar um aumento da evasão dos cursos. Essa pesquisa tem como objetivo analisar o Regime Domiciliar no Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília e compreender, por meio de estudos de análise de dados coletados por um formulário online respondido pelas estudantes mães do ensino superior, sua efetividade para as mulheres que se tornam mães durante a graduação, assim como ocorre a trajetória dessas universitárias no espaço acadêmico, colocando em evidência as dificuldades enfrentadas e os benefícios conquistados. Consequentemente, apresentam-se algumas soluções potenciais para que as instituições estejam em conformidade com as leis que amparam a Maternidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Graduação, Maternidade.

ABSTRACT: When a woman becomes a mother during her undergraduate studies, she faces several challenges, and remaining in university is one of them. Maternity leave is a right of women, both in the workplace and in educational institutions. In addition to public policies providing support for these student mothers within educational institutions, they can also help prevent an increase in course dropout rates. This research aims to analyze the Home Study Program (Regime Domiciliar) at the Federal Institute of Brasília – Brasília Campus and to understand, through data analysis studies collected via an online form answered by higher education student mothers, its effectiveness for women who become mothers during their studies, as well as how their academic journey unfolds. The study highlights the difficulties faced and the benefits achieved. Consequently, some potential solutions are presented so that institutions comply with the laws that protect maternity.

Keywords: Public Policies, Graduation, Motherhood.

¹ Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública no Instituto Federal de Brasília. E-mail: eduarda24sousa@gmail.com.

² Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública no Instituto Federal de Brasília. E-mail: Ingrid.mendes405@gmail.com.

³ Doutora em Literatura e Práticas Sociais (Unb). Mestre em Letras (UFBa). Docente de Português/Inglês do IFB. E-mail: paula.dutra@ifb.edu.br.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é uma proposta analítica da aplicação do regime domiciliar como política pública de permanência para mães universitárias no Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus* Brasília. O estudo parte da constatação de que muitas mulheres enfrentam enormes obstáculos ao se tornarem mães durante a graduação, encontrando barreiras institucionais, sociais e estruturais que dificultam sua permanência e conclusão do curso. O direito à Licença Maternidade, garantido legalmente às trabalhadoras, também deve ser respeitado no ambiente educacional, sendo o regime domiciliar uma das formas de garantir que a estudante continue seus estudos com dignidade durante a gestação e o puerpério. O objetivo central deste estudo é compreender por meio de uma análise de dados coletados por um formulário online, de que forma o regime domiciliar é aplicado no Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília e qual sua efetividade para garantir a permanência acadêmica das estudantes que se tornam mães, analisando também sua trajetória no espaço universitário, as dificuldades enfrentadas e os benefícios conquistados por meio da política pública. Ao mesmo tempo, propõe-se discutir potenciais soluções para que as instituições de ensino estejam em conformidade com os marcos legais de proteção à maternidade estudantil.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, permitindo uma análise mais aprofundada das experiências individuais e coletivas das mães universitárias. A metodologia é composta por três etapas principais: inicialmente, um levantamento bibliográfico sobre os direitos das estudantes gestantes, o regime domiciliar, o puerpério e as políticas públicas em educação. Em seguida, foi realizada uma análise documental da Lei nº 6.202/1975, que assegura o regime de exercícios domiciliares à estudante em estado de gestação, e suas alterações promovidas pela Lei nº 13.370/2016, assim como das normativas internas do IFB, com o objetivo de avaliar a clareza, efetividade e acessibilidade das informações prestadas às alunas. Por fim, procedeu-se à análise dos dados, coletados por meio de formulário online. O questionário foi respondido por 17 alunas do *Campus*, sendo 13 delas mães e estudantes do curso de Tecnologia em Gestão Pública, público que compõe o foco deste estudo. As respostas revelaram padrões relevantes, entre eles a importância do regime domiciliar como mecanismo fundamental para evitar a evasão e assegurar a continuidade da trajetória acadêmica, apesar de deficiências em sua divulgação e aplicação institucional.

O estudo demonstrou que, embora o regime domiciliar seja reconhecido por muitas alunas como um direito relevante e necessário, ainda há desconhecimento sobre ele entre parte das estudantes, assim como dificuldades no acesso e aplicação adequada do recurso. Além disso, os depoimentos colhidos revelaram uma carência de acolhimento institucional, empatia

por parte de alguns docentes e ausência de suporte emocional e financeiro em diversos casos. A existência da Ludoteca, também conhecida como LudoIf, no IFB, por exemplo, é um avanço importante, mas que ainda precisa ser ampliado, pois a LudoIF tem limitações como a faixa etária atendida, sendo a partir dos 3 anos de idade, o que deixa de fora mães com bebês, justamente o grupo mais vulnerável e que mais necessita de apoio. Isso demonstra que, além do regime domiciliar, outras formas de suporte precisam ser construídas e fortalecidas.

Outro ponto relevante abordado na pesquisa é a ausência de políticas que reconheçam e legitimem o impacto da maternidade na produtividade acadêmica. Um exemplo disso é o debate em torno da inclusão da Licença Maternidade no Currículo Lattes. O movimento Parent in Science, criado em 2016, tem pautado essa questão ao mostrar que a produção científica das mulheres cai consideravelmente após a maternidade, ao passo que a dos homens, em geral, se mantém estável. Um estudo do grupo analisou o Currículo Lattes de 2.692 cientistas brasileiras e identificou que a produtividade acadêmica das mulheres só retorna ao nível anterior após cerca de quatro anos do nascimento dos filhos. Essa realidade escancara o peso do trabalho reprodutivo e de cuidado, historicamente atribuído às mulheres, e como ele interfere diretamente nas possibilidades de permanência e desenvolvimento acadêmico, inclusive no nível de graduação. Reconhecer essa sobrecarga não é apenas uma questão de justiça, mas de equidade de oportunidades.

Neste contexto, vale ainda ressaltar a contribuição da historiadora Gerda Lerner, que em sua obra “A criação do patriarcado” (1989), apresenta um apanhado histórico sobre a origem da opressão das mulheres pelos homens, apontando como, desde as civilizações mais antigas, o controle sobre a reprodução e o papel da mulher como cuidadora foram institucionalizados. Esse processo histórico naturalizou a ideia de que as mulheres devem ser as principais responsáveis pela criação dos filhos e pelos cuidados da casa, tornando invisível o trabalho doméstico e reprodutivo. No ambiente acadêmico, essas estruturas se refletem na falta de políticas de apoio efetivo às estudantes-mães, reforçando desigualdades e ameaçando sua permanência na universidade.

Portanto, os resultados desta pesquisa mostram que o regime domiciliar, embora essencial, ainda é insuficiente para atender todas as demandas das mães universitárias. Outras ações precisam ser pensadas e aplicadas, como maior apoio financeiro, ampliação dos espaços infantis, maior empatia dos docentes e revisão das normas institucionais para inclusão efetiva das demandas das alunas-mães. Reconhecer o trabalho de cuidado e a maternidade como partes legítimas da trajetória acadêmica das mulheres é fundamental para construir uma universidade mais democrática, inclusiva e comprometida com a equidade. Políticas públicas bem

estruturadas podem não apenas acolher essas mulheres, mas também evitar o abandono dos estudos e promover o direito à educação plena, mesmo diante das múltiplas jornadas enfrentadas diariamente por quem escolhe ser mãe e estudante ao mesmo tempo.

Referências Bibliográficas

BARBOZA, F. C. Resoluções do Conselho Superior 2022. Disponível em:

<<https://www.ifb.edu.br/institucional/institucional/92-institucional/resolucoes/29620-resolucoes-do-conselho-superior-2022>>

BRASIL. Estatuto do Direito dos Estudantes do Instituto Federal de Brasília. nov. 2016.

Disponível em:

<<https://www.ifb.edu.br/attachments/article/5995/REGULAMENTO%20DE%20CURSO%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%83O.pdf>>

BRASIL, E. M. Educa Mais Brasil - Bolsas de Estudo de até 85% para Faculdades – Graduação e Pós-graduação. Disponível em:

<<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/como-funciona-a-licencamaternidade-para-estudantes>>

DEPUTADOS FEDERAIS. Projeto garante permanência de filhos de alunos em instituições de ensino durante aulas - Notícias. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/938893-projeto-garante-permanencia-de-filhos-de-alunos-em-instituicoes-de-ensino-durante-aulas>>

JUSBRAZIL. Você conhece os direitos da estudante gestante? Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/voce-conhece-os-direitos-da-estudante-gestante/1730436035>>

LEI Nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Lei da Licença Maternidade para estudantes.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm>

LUDOIF *Campus* Brasília. Inscrições para atendimento de filhos de estudantes começam no dia 29. Disponível em: <[s://www.ifb.edu.br/brasilia/32271-ludoif-Campus-brasilia-inscricoes-para-atendimento-de-filhos-de-estudantes-comecam-no-dia-29](https://www.ifb.edu.br/brasilia/32271-ludoif-Campus-brasilia-inscricoes-para-atendimento-de-filhos-de-estudantes-comecam-no-dia-29)>

MACEDO, S. Políticas Públicas: o que são e para que existem. Disponível em:

<<https://al.se.leg.br/politicas-publicas-o-que-sao-e-para-que-existem/>>

PERGUNTAS e respostas sobre o registro acadêmico. Disponível em:

<<https://www.ifb.edu.br/index.php/espaco-do-estudante?id=6013>>

SANTOS MACHADO, L. *et al.* Parent in Science: The Impact of Parenthood on the Scientific Career in Brazil. 2019 IEEE/ACM 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE), maio 2019.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. 1º Edição. São Paulo: Cultrix, 2019.